

CARACTERES RÚNICOS E CARACTERES IBÉRICOS

POR

LUÍS CARDIM

Professor da Faculdade de Letras do Porto

Estácio da Veiga, no capítulo terminal das suas *Antiguidades Monumentais do Algarve*, manifestando-se a favor da tese ocidentalista da origem das escritas lineares, aproxima os caracteres rúnicos dos caracteres ibéricos ⁽¹⁾, e o mesmo faz Ricardo Severo no seu conhecido artigo da revista *Portugalia*, sôbre os achados de Alvão ⁽²⁾. Ricardo Severo apresenta já um quadro comparativo de vários dos alfabetos antigos mais importantes, em que figura uma coluna de runas, mas sem a pretensão de fazer um estudo sistemático do assunto. É o problema da possibilidade desta aproximação — entre caracteres rúnicos e caracteres ibéricos — que vamos tentar precisar um pouco mais; não podemos, todavia, avançar ainda tanto quanto desejaríamos, devido à falta de material, mesmo bibliográfico, baseando-nos sobretudo nas conclusões dos cientistas mais autorizados.

Já na comunicação que sôbre êste assunto, por um cativante convite do seu ilustre presidente, o nosso presado amigo e colega Dr. Mendes Corrêa, tivemos a honra de apresentar à «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia» ⁽³⁾, salientamos, como se tornava necessário, as grandes deficiências bibliográficas que

(1) Vol. IV, pág. 306 e segs.

(2) Tomo I, pág. 745 e segs.

(3) Sessão de 20 de Dezembro de 1927.

se nos tinham deparado, em particular quanto às inscrições rúnicas; felizmente essa dificuldade foi em seguida um pouco remediada, o que nos permitiu refundir o nosso modesto trabalho. Os resultados a que então chegamos não se alteraram: dentro do estado actual da runologia, as afinidades que melhor se defendem para as runas são ainda as gregas ou as latinas. Porém, a nosso ver, embora se apresentem obstáculos consideráveis para fundamentar a sua filiação directa nos sinais ibéricos, ou numa escrita nascida no ocidente, de que ambos os sistemas proviessem, esta solução não é ainda totalmente impossível perante as aquisições actuais, seguras e definitivas, das várias sciências que nêlo têm de intervir.

Para o nosso trabalho utilizamos em primeiro lugar, quanto às inscrições rúnicas, o artigo *Runenschrift*, de Otto von Friesen, no *Realexikon der germanischen Altertumskunde*, de Hoops (obra adquirida, bem como os albuns de inscrições rúnicas de Stephens e Henning, pela «Biblioteca Municipal do Pôrto»); êste artigo não só é considerado presentemente a melhor exposição geral do assunto, como encerra, na sua forma simplificada e corrigida, as ideias do autor sôbre a origem grega das runas, tese de que êle é o principal defensor. Para a tese duma origem latina servimo-nos da versão francesa dum artigo de Holger Pedersen sôbre *L'origine des runes* (1), originariamente aparecido nos *Aarboeger for nordisk Oldkynd og Historie*, 1923, que, renovando as ideias de Wimmer, é um estudo muito consciencioso e nos forneceu elementos mesmo sôbre outras hipóteses. Finalmente, quanto aos caracteres ibéricos, além da obra bem conhecida de Hübner, *Monumenta Linguae Ibericae*, aproveitamos também o curioso artigo do prof. Júlio Cejador, *Alfabeto e inscripciones ibéricas*, publicado no *Butlleti de l'Associació Catalana de Antropologia, Etnologia i*

(1) Edição da livraria «Thiele», de Copenhague.

Prehistória, vol. IV, 1926. Mas pelo que respeita às leituras das inscrições ibéricas adoptadas por Hübner e Cejador, consignamos desde já a devida reserva.

Uma advertência temos ainda a fazer para quem porventura se dê ao confronto entre o quadro de Ricardo Severo e as aproximações morfológicas que adiante registamos. Ricardo Severo, tomando para base da sua tabela os sinais alfabetiformes de Alvão e Capeludos, foi apenas buscar as runas que mais se lhe assemelhavam, não nos dizendo mesmo onde as colheu; por outro lado recorreu confessadamente a vários alfabetos, e não apenas ao nórdico primitivo, isto é, ao que hoje se considera quasi unânimeamente o mais antigo. Êsse alfabeto compunha-se de 24 letras, e as respectivas inscrições, segundo a maioria dos especialistas, datam-se, sobretudo por motivos arqueológicos, desde o século III. Os alfabetos anglo-frísio e alemão ocorrem em inscrições cujo início se marca dois a três séculos mais tarde, aceitando-se correntemente que derivam do primeiro; o alemão conserva o mesmo número de 24 letras, mas o inglês aumenta-o sucessivamente para 28 e 33. Além dêstes ainda houve o segundo alfabeto nórdico, de 16 letras, iniciado no século IX, e o alfabeto pontuado, iniciado no século XI. Ricardo Severo, que utilizou certamente o conhecido livro de Taylor, *The Alphabet*, diz-nos ter recorrido aos alfabetos gótico, escandinavo e angliano; afigura-se-nos mais legítimo, pelos motivos dados, comparar a escrita ibérica apenas com o primeiro, que é na nomenclatura de Taylor o correspondente ao nórdico primitivo, qual acima o definimos. Ê esta além disso, a prática usual quando se estuda a origem das runas.

Pôsto isto, vejamos até que ponto o parentesco sugerido se pode estabelecer com mais precisão; mas ainda antes carecemos de afastar uma questão prévia: se dentre as teorias mais correntes da origem das runas, alguma ou algumas se não encontram já fundamentadas ao ponto de excluir por completo qualquer outra

possibilidade. É a êsse estudo preliminar que vamos em primeiro lugar proceder.

*

* *

Tem-se procurado filiar as runas nos alfabetos semita, grego e latino, ou ainda em certos alfabetos antigos da Itália, em particular da Itália setentrional, havendo igualmente quem as tenha julgado uma criação germânica, seja numa época muito remota, seja em tempos mais recentes. De tôdas estas hipóteses, porém, as únicas que ainda congregam em sua volta os especialistas mais autorizados são as duma origem latina, ou grega, ou mixta; mas deve igualmente dizer-se que a hipótese norte-italica não tem deixado de impressionar runólogos de nome, como era Sophus Bugge. Voltaremos a êste ponto.

A arqueologia tem sido invocada em favor da tese grega. São largamente aceites, e até mesmo entre os opositores desta tese, as conclusões de Bernhard Salin, baseadas principalmente na ornamentária, de que no século II da nossa era floresceu nas regiões ao norte e noroeste do Mar Negro uma cultura germânica de moldes clássicos, e de que esta cultura já cêrca do ano 200 se tinha propagado à margem sul do Báltico, desde a Prússia oriental até ao Schleswig. Ora é no Schleswig, na Dinamarca e no sul da Escandinávia que se encontra a maioria das inscrições rúnicas mais antigas — em geral muito breves, duma ou de duas palavras, em pedras, em tésseiras (medalhas de ouro, prata ou bronze, gravadas dum só lado, usadas como adôrno ou amuleto) e ainda em jóias, em armas ou em utensílios de metal, ôsso ou madeira. Mas algumas inscrições do mesmo estilo e da mesma época apareceram também para o oriente, como em Kowel, na Volínia e em Pietroassa, perto de Bucarest, semeadas entre o Mar Negro e o Báltico; a invenção das runas teria pois sido feita

no oriente, propagando-se em seguida para o ocidente, integrada nesta corrente cultural.

Quando, nos meados do século IV, se interromperam estas relações entre o oriente e o ocidente, o centro ocidental desta cultura era o Hannover, donde se propagou mais tarde em duas correntes, uma para a Grã-Bretanha e outra para o sul ao longo do Reno até aos Alpes e à bacia do Danúbio superior e depois na direcção da Itália. Esta última via é o domínio das inscrições rúnicas alemãs: Hesse, Nassau, Wurtemberg e a Baviera, até à região de Pressburg na fronteira austro-húngara.

O número daquelas inscrições rúnicas orientais é de-certo ainda mais diminuto que o das ocidentais mais antigas, mas isso não invalidaria a hipótese: que a escrita rúnica era bem conhecida entre os godos, quando estabelecidos na Mesia, prova-o o facto do bispo Wulfila, no século IV da nossa era, ao criar um alfabeto baseado no grego ⁽¹⁾ para a sua tradução da Bíblia, ter recorrido às runas para a representação de certos sons; ora Salin julga que essa cultura germânica oriental do século II já era gótica. Por outro lado, porém, é para notar que as constatações de Salin não implicam necessariamente a origem grega, nem mesmo a oriental, da escrita rúnica: se, como hoje se admite, ela deve ter nascido numa região onde os dois alfabetos, grego e latino, estavam em concorrência, tendo o alfabeto rúnico ou uma base grega com algumas letras latinas, ou uma base latina com algumas letras gregas, aquela condição tanto se poderia verificar no oriente como, numa data compatível com os dados do problema, na própria Itália; e a transmissão da escrita pode não ter seguido a linha de maior influência cultural, mas outra secundária, qual a que na Itália terminava. Não conhecemos directamente os trabalhos de

(1) É esta a opinião actual, fundada em trabalhos de Friesen; anteriormente julgava-se que a base fôsse latina.

Bugge, mas Hirt ⁽¹⁾, abonando-se com o seu nome, defende uma origem greco-italica, donde se deduz que Bugge a achava possível.

A origem latina é portanto, dentro das condições expostas, tão defensável como a grega, e a hipótese ocidental tão boa como a oriental. Para o caso de se admitir para as runas a base dum alfabeto da Itália, as inscrições rúnicas alemãs testemunhariam também a via de propagação, simplesmente num sentido inverso ao da hipótese oriental; entretanto continua em geral a aceitar-se que estas inscrições são mais tardias. Todavia, além de ser muito provável, como veremos, que a escrita rúnica em madeira fôsse bastante mais antiga e de haver igualmente quem negue as ideias de Salin ⁽²⁾, contra a hipótese duma origem oriental no século II, parece existir hoje um argumento ainda mais ponderoso, que só nos admira não vermos adoptado por Holger Pedersen. Com efeito na *Grammatik der urnordischen Runeninschriften*, de Johannesson, versão alemã de Schröder (1923), encontramos, adicionada pelo tradutor ⁽³⁾, a menção dum amuleto com uma inscrição rúnica, escrita da direita para a esquerda, e achada, segundo parece, em 1917, que é atribuída à primeira idade do ferro; ora esta, para a Escandinávia, vai do século V a.-C. até ao princípio da nossa era. É o amuleto de Utgaard, Stod, na Noruega. Só podemos imaginar que o silêncio de Pedersen sobre este achado importante se baseará em quaisquer dúvidas sobre a cronologia.

Das duas principais hipóteses que se defrontam, a duma origem latina foi a primeira a atingir um grau suficiente de maturação

⁽¹⁾ *Geschichte der deutschen Sprache*, págs. 104-105.

⁽²⁾ V., por ex., Van Gennepe, *Religions, Mœurs et Legendes*, 2^{ème} série, págs. 249 e segs.

⁽³⁾ A pág. 117. V. também o prefácio do tradutor, que fez na obra algumas modificações.

com o trabalho célebre de L. Wimmer, apresentado originalmente em 1874 sob o título de *Runeskriftens oprindelse og udvikling i norden* (Origem e evolução da escrita rúnica no norte), e em 1887 numa versão alemã, revista e melhorada pelo autor, sob o título de *Die Runenschrift*.

Wimmer faz derivar as runas do alfabeto monumental latino dos primeiros tempos do império, e explica as suas deformações em relação a êsse alfabeto pela hipótese plausível de se terem inscrito primeiro em madeira, ponto a que tornaremos. Muitas das suas pretensas deformações têm contudo deixado de se considerar, assimilando antes os caracteres rúnicos a outros alfabetos epigráficos mais antigos, onde as curvas, por exemplo, também se evitam. A única deformação que ainda geralmente se admite é a que explicaria a ausência de traços horizontais, porquanto os entalhes ao longo do veio da madeira seriam deléveis ou indistintos.

A tese grega tomou vulto um pouco mais tarde nos sucessivos trabalhos de Sophus Bugge e sobretudo de Otto von Friesen, atingindo os dêste a forma definitiva no seu artigo do *Reallexikon* de Hoops. Bugge parte ainda da escrita epigráfica, o que parece razoável, visto as inscrições rúnicas terem nitidamente êsse carácter; mas Friesen, apoiando-se na descoberta de certos papiros dos séculos II e III com cursivos gregos, procurou derivar as runas desta escrita e não da monumental. Notemos de passagem que Grienberger, em 1900, fêz idêntica tentativa de derivar os caracteres rúnicos dum cursivo, mas, desta vez, latino. Friesen, na última forma da sua tese, reconhece para certos sinais a necessidade duma proveniência latina, ao mesmo tempo que admite a possibilidade dumas runas derivarem de cursivos gregos ou latinos e outras da escrita monumental.

Modernamente, por fim, a hipótese latina reavigorou-se também, sendo esta a que Holger Pedersen defende no seu artigo;

mas, pelo seu turno, reconhece-se nela igualmente para certas letras a necessidade duma origem grega.

As concordâncias, ao mesmo tempo de forma e de valor fonético, entre as runas e os alfabetos grego e latino são realmente notáveis em grande número de casos. Contudo o próprio facto de se conhecerem suficientemente estes alfabetos, mesmo nas suas variantes antigas, constitui de-certo também uma vantagem para as referidas hipóteses.

O estado actual da questão, quanto a estas hipóteses, pode resumir-se como segue. Um pequeno número de runas entre as quais se afirmam especialmente as dos valores *f*, *u* e *r*, só se explicam bem, quanto a forma e som, pelo alfabeto latino; outro pequeno grupo, em que se destacam as dos valores *g*, *ng* (a nasal velar, como no inglês *sing*) e *w*, pelo grego; ao primeiro ainda se acrescentam o *c*, o *h*, o *j* e o *s*, e ao segundo o *e*, o *o*, o *p* e o *z* ($>R$), mas quanto a tôdas estas letras há já mais divergências; o que afinal quere dizer que para estes casos, bem como para o resto do alfabeto, se procura uma base grega ou latina conforme a hipótese que se defende.

Nestas aproximações atende-se, como temos dito, ao mesmo tempo à forma e ao valor fonético, mas deve acrescentar-se que o relacionamento parece por vezes bastante forçado (embora se invoquem exemplos da história dos alfabetos), e muito especialmente no que respeita a configuração. Mesmo a quem nunca tenha abordado o assunto bastará examinar o alfabeto rúnico primitivo para ver como bastantes das suas letras diferem das lapidares de igual valor fonético dos alfabetos gregos e latinos. E a sua derivação dum cursivo grego tentada por Friesen, merece comentário idêntico.

E no entanto, diga-se desde já, semelhanças só de forma há-as bem maiores entre as runas e os sinais doutras escritas, como as

do norte de Itália e as ibéricas. Hirt, que acentua, criticando a teoria de Wimmer, o facto de todos os investigadores da origem e parentesco dum alfabeto antigo partirem do princípio que um alfabeto se transmite dum povo a outro relativamente pouco alterado (1), noutro ponto, confessando ignorar a origem das runas aponta o *d* como ocorrendo apenas em certos alfabetos da Gália, e o *E* como unicamente no lémnico e no ibérico (2). E afinal o próprio sinal *d* do rúnico também no ibérico se encontra, não se sabe ao certo com que valor fonético, mas de configuração absolutamente idêntica.

Que conclusões devemos pois tirar, em relação ao nosso problema? As hipóteses duma origem grega ou latina impõem-se de tal modo como necessárias que impossibilitem definitivamente procurar-se outra solução?

Sem entrarmos em investigações para que não estamos especializados, mas apenas consultando as discussões dos runólogos, cremos que se pode responder pela negativa.

Em primeiro lugar o próprio facto de ainda se degladiarem as duas hipóteses, bem como o de uns fazerem derivar as runas da escrita epigráfica e outros da cursiva, ou simultaneamente duma e doutra, parecem-nos indícios de imaturidade. Depois, a necessidade de, em qualquer caso, se admitir para alguns sinais uma origem diferente daquela que fornece a base do alfabeto, é também de-certo um ponto fraco. Como observa Holger Pedersen, a hipótese mixta só se deve tentar em último caso; mesmo fazendo nascer as runas em regiões onde existissem ao mesmo tempo os dois alfabetos, grego e latino, não há razão poderosa para lhes

(1) Ob. cit., pág. 105.

(2) Ob. cit., pág. 282.

postular êsse modelo duplo. Finalmente não poderá deixar de nos impressionar o facto de se terem de fazer intervir invenções engenhosas, como a duplicação de sinais, para explicar a forma de certos caracteres, que afinal nos aparecem já com perfeita identidade de configuração em outras escritas anteriores, como as do norte de Itália; e é do alfabeto etrusco que se faz hoje derivar o próprio alfabeto latino.

Finalmente a descoberta de Utgaard, a que porventura se juntarão outras, se não exclui ainda a possibilidade duma origem grega ou mesmo latina, leva-nos pelo menos a esperar a remodelação mais ou menos profunda das respectivas hipóteses, ao mesmo tempo que poderá aumentar a sua incerteza.

*

* *

Uma vez que nem a hipótese grega nem a latina se têm de considerar ainda definitivamente estabelecidas, ou prováveis ao ponto de excluir qualquer outra, nada nos impede de examinar agora, conquanto os materiais sejam aqui menos bem definidos, a duma aproximação íntima entre caracteres rúnicos e caracteres ibéricos; e dizemos íntima, pois algumas semelhanças eram já de esperar, desde que, como vimos, se tem pretendido derivar ambas estas escritas dos alfabetos semita, grego ou latino, o que se não poderia fazer sem uma base mínima. De resto é bem sabido que certos sinais nos aparecem um pouco por tóda a parte, e até desde épocas remotíssimas, assunto sôbre o qual já se pronunciaram nestas páginas os nossos ilustres colegas drs. Mendes Corrêa e Teixeira Rego, sendo também na grande antiguidade dêssas concordâncias que se fortalece a teoria duma origem ocidental das escritas lineares. À semelhança do que fizemos para as hipóteses grega e latina procuraremos em primeiro lugar as possibilida-

des de transmissão e só em seguida notaremos quais são de facto as semelhanças que existem entre as duas ordens de caracteres.

A dificuldade da resolução dêste problema foi reconhecida por Estácio da Veiga, que, embora defendendo a ideia de ser a escrita ibérica o modelo de todos os alfabetos antigos, incluindo o fenício, escreve, quanto aos caracteres rúnicos, que «se não pode indicar o trajecto terrestre ou marítimo que a epigrafia peninsular seguiu até às regiões bálticas». Não temos também a pretensão de o solucionar, mas cremos que pelo menos para um determinado trajecto se conseguem encontrar alguns elementos de apoio.

No estudo da questão temos de encarar sucessivamente as possibilidades duma transmissão directa e duma transmissão indirecta, tendo em consideração as épocas que é lícito atribuir-lhes e aproveitando de preferência as hipóteses que integrem elementos fornecidos por inscrições ou que por qualquer forma se liguem simultaneamente às duas escritas; isto é, dando-lhes maior valor do que a quaisquer possibilidades prè-históricas ou históricas sem nenhum apoio epigráfico ou linguístico. Escusado será acrescentar que, sendo êste aspecto do assunto muito complexo, e exigindo uma alta especialização, se trata da nossa parte, quanto às relações culturais entre os povos, apenas duma consulta aos respectivos cientistas—um modo de lhes submeter os dados da questão.

Como temos visto consideram-se em geral os mais antigos documentos rúnicos como sendo do século III da nossa era, isto áparte do amuleto de Utgaard. A cronologia dos achados baseia-se tanto na linguística como na arqueologia: além dos objectos com inscrições rúnicas encontraram-se muitos outros análogos, e o conjunto permite datar arqueologicamente as inscrições. Há ainda,

segundo igualmente dissemos, quem julgue as runas uma criação germânica muito antiga, mas esta opinião não tem atraído o consenso dos cientistas; e há também o facto curioso de, até Wimmer, se considerar o alfabeto de 16 sinais como mais antigo do que o de 24, invertendo-se então esta ordem, o que poderia traduzir incerteza, se não fôsse devida aos progressos da ciência. Mas, salvo a tendência dos runólogos dinamarqueses para considerar aqueles achados ainda mais tardios, a opinião geral coloca-os no século III.

A aceitarmos que a escrita rúnica tivesse nascido por essa época, ou pouco antes—como apesar do achado de Utgaard, se continua repetindo—as dificuldades para uma transmissão directa seriam grandes, senão insolúveis, visto que a Península Ibérica já estava de há muito romanizada. Naquela época, ou mesmo nos séculos imediatamente anteriores, não nos parece que se deva sequer formular a hipótese, nem pelo nosso lado nem pelo lado nórdico, visto que se algum alfabeto os nórdicos aqui pudessem ter vindo buscar nesse tempo, seria de-certo também o latino.

Mas a escrita rúnica pode ser bastante anterior aos seus mais antigos documentos subsistentes; sem mesmo nos apoiarmos no amuleto de Utgaard, há outras razões, que muitos aceitam, para o supôr. Já vimos que para explicar certas particularidades da configuração das runas, e em especial a ausência de traços horizontais, se alega a razão de terem sido primeiro escritas em madeira. O costume de escrever em madeira aparece-nos em muitos outros povos, do que dão testemunho vocábulos como o latim *liber*, «casca», o grego *biblos*, «casca de papiro», o sânscrito *bhurja*, «casca de bétula», e ainda *tabula*, *codex*, etc.; não seria pois de estranhar que o mesmo se desse entre os germanos. Mas há referências directas a que também entre êles existiu de facto êsse uso, e numerosas palavras, igualmente, cuja evolução semântica é em geral assim explicada.

Que numa época, é certo, relativamente tardia para o nosso caso, os germanos escreviam mensagens em ramos de árvores, informando-nos o historiador latino Venantius Fortunatus (século VI) confirmado por numerosas alusões dos poetas nórdicos; não se sabe porém desde quando dataria êsse costume. Mas há também uma referência de Tácito (cap. X da *Germania*), que, não dizendo respeito a mensagens, já pode aludir a runas; ocupando-se das suas práticas divinatórias, diz que êles as faziam cortando em bocados um ramo de árvore frutífera, marcando-os com sinais e lançando-os ao acaso sôbre um estôfo branco; o sacerdote ou o chefe de família levanta depois cada fragmento por três vezes, e, conforme os sinais que se apresentam, explica se se deve ou não praticar o acto projectado, que determinara a consulta. Ora muitos julgam que essas *notae impressae* já deviam efectivamente ser runas.

A lingüística, segundo opinião geral, confirma estas ideias; é com aquelas práticas que se relaciona a semântica de certos vocábulos germânicos. O velho nórdico *run* tinha a dupla significação de «mistério» ou «segrêdo» e de «letra rúnica», a primeira das quais é ainda hoje testemunhada pelo alemão *raunen*, «segregar», a que correspondeu em inglês antigo *runian*, em inglês médio *roun* ou *round*; e *Alraun* era o nome dado à mandrágora, em cuja raiz se julgava existir um espírito que presidia ao lançar das runas. Os verbos *raten* (alemão) e *read* (inglês) derivam também ambos dum verbo germânico primitivo, que, qualquer que seja a sua origem, juntava os dois sentidos de «ler» e de «aconselhar», «explicar»; e do mesmo modo o alemão *lesen* tinha primitivamente a acepção de «escolher», «juntar»—os ramos com as runas mágicas. Por outro lado *book*, *Buch* e *Buchstabe* explicam-se como tendo significado primitivamente «faia» e «ramo de faia», enquanto *write* vem dum verbo primitivo que queria dizer «riscar», como ainda o testemunha o al. *reiszen* e seus afins (*schreiben* é um

empréstimo tardio do latim *scribere*; êste porém é que, bem como *exarare*, se explica do mesmo modo que o antigo *writan*) (1).

Há portanto tôdas as probabilidades de a escrita rúnica ser bastante mais antiga que o século III da nossa era; mas até que ponto será lícito recuá-la? Apenas pelas razões acabadas de expôr, isto é, sem tomar em conta o amuleto de Utgaard, o máximo que em geral se recua é até ao século I a. C., embora se possa talvez ir ainda um pouco além. O amuleto de Utgaard é da primeira idade do ferro, ou seja, como vimos, do período entre o século V a. C. e o comêço da nossa era, segundo os scien-tistas escandinavos e para o seu país; mas tanto poderá ser do seu início como do fim. Suponhamos porém que nos é lícito recuar até ao século V a. C.: facilitar-se-ia assim a hipótese duma transmissão directa?

Os especializados dirão; mas, pelo que nos foi dado ler, cremos que uma tal hipótese poucos elementos encontra em que se apoiar. Assinalam-se de facto, em tempos muito remotos, relacionamentos arqueológicos entre a região das runas primitivas e a da escrita ibérica; trata-se, porém, segundo opinião corrente, de influências indirectas transmitidas mediante a Armórica, a Irlanda e a Grã-Bretanha (2); e alguns escassos elementos para um relacionamento mais directo, certas aproximações isoladas de ornamentária, ou certas conjecturas, como a de Loth, de que os machados-martelos líticos da Escandinávia imitariam directamente os machados-martelos de Portugal (em lugar de, segundo julgava Déchelette, se ter dado o inverso), são igualmente duma época

(1) Sôbre a etimologia dos vocábulos acima e sua ligação com a passagem citada da *Germania* de Tácito, ver, por ex., o *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*, de Kluge, a obra mais categorizada da sua classe.

(2) Ver, por ex. Loth, no *Bulletin de la Société d'Histoire et d'Archeologie de Bretagne*, 1926, pág. 1 e segs. e Bosch Gimpera, nas *Atti del Convegno Archeologico Sardo*, 1926.

demasiado afastada. E quanto à possibilidade de, considerando as runas uma sobrevivência, remontarmos a essas velhas idades — o que, em princípio, seria autorizado pelo grande poder de conservação da escrita rúnica evidenciado em tempos históricos, pois a sua utilização é ainda bastante extensa até aos fins do século XVI, e ocasional até ao século XVIII, em plena concorrência com a escrita ordinária — essa possibilidade já vimos que é em geral mal acolhida, não tendo nós conseguido sôbre êste ponto bibliografia suficiente. Mas ainda que, pelo lado nórdico, alguma coisa nos aparecesse de aproveitável, já não seria com a escrita ibérica prôpriamente dita que se teriam, neste caso, de fazer as comparações, mas sim com a *proto-ibérica* (Alvão, Parada, etc.), como lhe chama apropriadamente o prof. Mendes Corrêa.

As possibilidades duma transmissão directa da escrita entre a nossa Península e a região das runas primitivas são, dêste modo, parece-nos, difíceis de estabelecer; nada encontramos certamente de comparável à corrente de cultura defendida por Salin, e aproveitada pelos partidários da hipótese oriental. Resta-nos examinar a viabilidade duma transmissão indirecta.

Baseando-nos em certas aproximações feitas pelos runólogos, duas delas fora das hipóteses grega ou latina e a terceira associada com esta última, mas dela talvez desligável, encontramos três elos entre runas e caracteres ibéricos, em que porventura se poderá vir a fundamentar uma transmissão ibéro-rúnica. E empregamos o termo «elos», tanto por êste motivo de se tratar ainda de simples sugestões, como pelo de que não exigem verdadeiramente a prioridade ibérica; isto é, poderia nesse elo estar a origem das duas escritas. Deve também acrescentar-se desde já que duas destas ligações assentam em bases realmente muito ténues, tomando no entanto algum valor pelo facto curioso de haver entre

tôdas três certos pontos de contacto que, de algum modo, as fundem numa só.

A primeira e mais importante destas possibilidades é-nos fornecida pelos Lígures. Já Ricardo Severo, abonando-se com uma tese conhecida e com o nome de Martins Sarmiento, sugere uma transmissão ligúrica; mas, consultando nós os trabalhos de ambos, ficamos em dúvida sobre quais seriam exactamente as ideias de Severo, que é pouco explícito. Por um lado parece indicar-nos uma transmissão directa por via marítima; por outro, uma transmissão terrestre pelos vales do Ródano, Danúbio e Reno, via que cita de Martins Sarmiento como sendo a da penetração da cultura micénica no centro e norte da Europa. E quanto às opiniões de Martins Sarmiento (1), quer sobre a estada dos Lígures até ao século VII a. C. nas margens do Báltico e talvez na Escandinávia, quer sobre o seu estabelecimento, uma vez rechassados do norte pelos Celtas, na Península Ibérica—onde seriam representados pelos Lusitanos, persistindo mesmo a sua civilização ao lado da romana—cremos que estão longe de se confirmar. Além disso levantar-se-iam aqui, em qualquer caso, as mesmas dificuldades, ou históricas—pelo lado da Península Ibérica e quanto a uma transmissão tardia—ou cronológicas—pelo lado das runas e quanto a uma transmissão remota—que já salientamos a propósito da não viabilidade duma transmissão directa ibero-báltica.

Para a ligação indirecta que julgamos susceptível de ser fundamentada em dados epigráficos, é-nos indiferente, pelo contrário, a própria questão, ainda debatida, da vinda dos Lígures à Península Ibérica; basta-nos saber que estiveram com ela em contacto íntimo, e êste, com maior ou menor extensão, todos o admi-

(1) *Portugalia*, tomo 1, pág. 1 e segs., e também *Ora Marítima*, *Argonautas*, etc.

tem. Ora esta possibilidade encontra o seu outro ponto de apoio naqueles alfabetos da Itália setentrional, a que já nos referimos.

Vimos, com efeito, que se tem igualmente tentado filiar as runas nalguns dos alfabetos não latinos da Itália, em particular da Itália do norte, e que essa hipótese ainda conseguia impressionar runólogos de categoria, como foi Bugge. Julgam muitos que êstes últimos alfabetos derivam todos do etrusco, e por isso os englobam na designação de norte-etruscos, mas Pauli, o ilustre autor das *Altitalische Forschungen*, discorda. Ora entre as respectivas inscrições encontram-se também as dos Lepontinos, que seriam Lígures celticizados (1). Holger Pedersen, combatendo aliás a hipótese norte-italica, acha que as maiores analogias entre o alfabeto rúnico primitivo e os norte-etruscos se dão com o veneto; contudo outros têm opinião diversa, justificando-se principalmente com certas semelhanças flagrantes de forma e orientação dos caracteres.

Seja como fôr, encontramos aqui populações lígures e, quando não uma escrita pròpriamente ligúrica, pelo menos um grupo de alfabetos estreitamente aparentados entre si e de notável semelhança ao mesmo tempo com as escritas ibérica e rúnica; e em apoio desta ligação há ainda a circunstância de, como veremos, os caracteres rúnicos terem mais analogias com a escrita ibérica ceterior—cujas inscrições se estendem até ao território da Gália Narbonense. A região chamada *Hispania Citerior* pelos romanos é, com efeito, desde tempos recuados, a de mais provável

(1) Herbig, in *Reallexikon* de Hoops, s. v. *Ligurer*. V. também Vetter, in *Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, de Pauly-Wissowa, e o mesmo Herbig, in *Reallexikon der Vorgeschichte*, de Ebert. Todos êstes magníficos instrumentos de trabalho se encontram actualmente na Biblioteca Municipal do Porto, cuja direcção é, por êste facto, digna do maior encómio e reconhecimento dos estudiosos.

contacto com os Lígures (1); por outro lado a escrita ceterior julga-se mais nova que a ulterior, quer dizer, a aproximação com as runas facilita-se mesmo cronologicamente. E quanto à transmissão desde a Itália do norte até às regiões bálticas, já vimos que tem sido largamente admitida, seguindo ao longo do caminho comercial que pelo Salzburg se dirigia ao Schleswig.

Sobre as duas aproximações restantes pouco nos demoraremos. A segunda possibilidade que se nos oferece é a da transmissão por intermédio da Gália. Holger Pedersen fala-nos efectivamente de certas afinidades, não de forma mas de estrutura interna (2), entre o alfabeto rúnico e o alfabeto ogâmico da Irlanda, cuja antiguidade é debatida, conjecturando alguns que seja do século II da nossa era, outros do IV. Este alfabeto é dividido em secções de cinco letras cada, assim como o rúnico é dividido em três secções de oito letras (mais tarde 6-5-5); essas secções chamam-se em ambos os alfabetos «famílias»; a ordem das letras é também em ambos diferente da dos alfabetos grego e latino; em ambos há um sinal especial para a nasal velar; finalmente em ambos as

(1) O prof. Mendes Corrêa escreve na *História de Portugal* dirigida pelo prof. Damião Peres, em publicação: «A vinda dos Lígures em tempos remotos a estas regiões... é muito verosímil, tanto mais que, segundo o périplo suposto de Scylax (séc. IV a. C.) e outros, os Iberos se misturaram com os Lígures (constituindo os *Misgetas* de Hecateu, segundo Schulten) entre os Pirineus e o Ródano, sendo de admitir que esta expansão ibérica para leste tivesse sido antecedida alguns séculos por uma expansão ligúrica em sentido contrário». (Vol. I, pág. 163).

(2) Os sinais ogâmicos constam dum certo número de hastes, ladeando ou cortando uma linha média; conforme o seu número, a sua unilaterialidade ou bilateralidade e a sua inclinação em referência àquela linha média — perpendiculares ou obliquas — assim o seu valor fonético.

O principio das letras ogâmicas oferece deste modo alguma analogia com o de certas runas criptográficas, as chamadas runas de ramos; estas, porém, consideram-se muito mais tardias.

letras têm denominações longas, o que se dá também com o alfabeto rúnico.

A opinião corrente sobre a origem do ogâmico, quanto ao valor dos símbolos, é a de que provém do alfabeto latino, mas já tem havido quem o pretenda derivar do grego, e também quem o suponha uma invenção mais remota sobre uma base fenícia. Encontramos portanto uma situação análoga à dos alfabetos rúnico e ibérico; o que mais interessa, todavia, para o nosso problema, é o facto de Pedersen se inclinar a deduzir daquelas aproximações que tanto os Irlandeses como os Germanos aprenderam as suas escritas com os Gauleses. Já Wimmer tinha apontado a possibilidade de os Germanos terem aprendido a sua com os Gauleses da Itália do norte; se isto assim fôsse voltariamos de certo modo à hipótese anterior, visto que o alfabeto destes Gauleses é o mesmo que o dos Lepontinos. Mas Pedersen julga que seria junto do Reno, e partindo do alfabeto latino, que os Gauleses teriam ensinado a escrita aos Germanos.

Abstraindo pois da presunção duma origem latina, encontramos aqui porventura uma nova possibilidade conectiva, a da Gália, bastando para isso que novas investigações viessem a mostrar o ogâmico como igualmente relacionável, por qualquer forma, com a escrita ibérica; e também o norte da Gália, como já vimos, parece ter sido, desde tempos recuados, um intermediário natural entre a Península Ibérica e as regiões setentrionais da Europa (1).

Finalmente a terceira possibilidade, ainda mais vaga, mas de-certo interessante para nós, depara-se-nos no Oriente, aliada

(1) Segundo Salomão Reinach, que se apoia em Belloguet, Müllenhof, D'Arbois de Jubainville e em autores antigos, os Lígures ocuparam a Gália inteira. Estas ideias, porém, encontram grandes relutâncias; se acaso se provassem, esta possibilidade e a anterior poderiam novamente coincidir. (V. *Cultes, Mythes et Religions*, 1, 213-214).

possível de outras hipóteses quer orientais, quer ocidentais. Bugge, que por um lado procurou nos Galatas, que tem por Celtas, a possibilidade duma aprendizagem oriental da escrita pelos Germanos, por outro aproxima os nomes longos de certas runas de nomes de letras do alfabeto georgiano. Ora há tôdas as probabilidades de o vasconço ser a língua dos antigos Iberos ocidentais ⁽¹⁾, mas tem-se feito também, desde a antiguidade, a aproximação entre os Iberos do ocidente e os Iberos do oriente, e modernamente tem-se procurado relacionar as duas línguas, que hoje alguns consideram componentes duma nova «família jafetítica». As línguas desta família, em que se incluíam curiosamente o etrusco, o rético e o ligúrico, seriam as descendentes directas da língua falada por tôda a Europa antes das indo-germânicas ⁽²⁾, e a esta hipótese não faltaria mesmo uma base antropológica e pre-histórica. Eis portanto uma nova e um tanto inesperada possibilidade de aproximação. É certo que os mais antigos manuscritos georgianos existentes são do século IX ou X, e os seus caracteres muito diferentes dos ibéricos ocidentais, mas há notícia de os Iberos do oriente possuírem uma escrita desde o século II ⁽³⁾, escrita que se teria modificado bastante. Deve contudo dizer-se que Hirt, embora ache concebível que tenha havido uma unidade linguística

(1) Hirt, *Indogermanische Grammatik*, vol. I, pág. 106.

(2) Já, entre outros, o grande filólogo inglês Roberto Ellis e o alemão Winckler tinham feito esta aproximação, mas ultimamente a questão foi retomada com desenvolvimento nas duas obras seguintes: Friedrich Braun, *Die Urbevölkerung Europas und die Herkunft der Germanen* (1922); Nikolaus Marr, *Der Japhetische Kaukasus und das dritte ethnische Element im Bildungsprozess der mittelländischen Kultur* (1923). Crit. in S. Feist, *Indogermanen und Germanen* (1924), pág. 52 e segs.

(3) V. Taylor, *The Alphabet*, vol. II, pág. 268 e segs. Segundo o historiador arménio Moses, de Korene, uma velha tradição dava a paternidade dos alfabetos arménio e georgiano a S. Mesrob, que viveu no século V da nossa era. Há porém moedas anteriores, e o testemunho de Philostrato, acima citado. Taylor julga que S. Mesrob apenas remodelaria um alfabeto já existente, juntando-lhe algumas letras gregas.

basco-caucásica, e que na perda da flexão indo-europeia se deverá ter de reconhecer uma influência da população primitiva do ocidente da Europa, entende também que estas aproximações linguísticas «jafetíticas» assentam ainda em material tão restrito que talvez nunca venham a poder provar-se ⁽¹⁾.

Cejador sustenta igualmente a ideia de ser o vasconço a língua dos Iberos, mas vai até considerá-lo como o ascendente das línguas indo-europeias, e entre nós João Bonança defendia uma tese do mesmo alcance. Se o prof. Trombetti, que já se inclina para uma aproximação etrusco-caucásica, lograr satisfazer cabalmente a sua promessa de apresentar em breve a leitura das inscrições etruscas, com certeza êstes problemas se esclarecerão notavelmente, embora de-certo não se chegue tão longe como pretendem aqueles entusiásticos iberistas.

Examinemos por fim as semelhanças entre caracteres rúnicos e caracteres ibéricos.

Em primeiro lugar deve notar-se que nos temos de limitar aqui a semelhanças de forma, visto que da escrita ibérica, pela deficiência de inscrições bilingues, não há ainda uma leitura que se imponha. Delgado e Hübner, partindo da hipótese de uma origem fenícia, atribuíram determinados valores fonéticos aos vários símbolos, organizando assim com as letras mais frequentes dois alfabetos, o ulterior e o ceterior, e dando os restantes sinais como variantes daquelas. Mas, apresentando transliterações, não conseguiram apresentar traduções, o que levou compreensivelmente à dúvida e ao abandono das próprias transliterações, como fez o ilustre numismata espanhol Vives.

Dificuldade capital do problema é a de não se conhecer a língua em que estarão essas inscrições. Ultimamente Júlio Cejador,

(1) *Indog. Gram.*, vol. I, págs. 106 e 107.

retomando a ideia de ela ter sido o vasconso, que se teria falado por tôda a Península, assim as pretendê ler; a sugestão já vem de Humboldt, e parece ir ganhando algum terreno; mas as leituras de Cejador, embora possam conter alguns elementos de verdade, afastam-se tanto do habitual em documentos análogos que também não têm logrado impor-se. Além disso as próprias bases em que assentam surpreendem, umas por demasiada simplicidade, outras por demasiado engenho: supor uma língua una falada em tôda a Península por tão largo período, mais, conservada quási sem alterações no basco actual (mesmo dado o seu conhecido arcaísmo), representa uma exigência tão grande como, por outro lado, o número elevado de variantes a admitir para o sinal de cada som, e de valores diferentes para vários dos sinais.

Não podemos pois aproximar as duas séries de caracteres ao mesmo tempo quanto à forma e valor fonético, e portanto não podemos também fazer, como nas teorias grega ou latina das runas, a comparação entre o rúnico primitivo e as inscrições ibéricas, mostrando as coincidências perfeitas sob ambos os pontos de vista, e procurando explicar as discordâncias mais ou menos graves que nos restassem. Mas as simples concordâncias de forma são quási sempre perfeitas, em muito maior grau, cremos, do que se dá entre as runas e qualquer alfabeto grego ou latino.

Tomando por base, apenas quanto à forma dos sinais, os trabalhos de Hübner e Cejador, verifica-se facilmente que das 24 letras do alfabeto rúnico, 20 se encontram, em geral com a mesma forma, em reduzido número com pequenas dissemelhanças, nas inscrições ibéricas. Dêste facto não se deve porém concluir, diga-se desde já, que as duas escritas quási coincidam, e bastará examinar algumas inscrições ibéricas para se lhe compreender a razão. É que o número de sinais ibéricos diferentes (embora contando ligeiras variantes) anda por duzentos, de modo que só se logrará em geral encontrar, em cada palavra das inscrições, alguns sinais

concordantes com as runas: digamos, freqüentemente cêrca de metade.

No quadro que acompanha êste artigo, ou nas obras em que se baseia, poderão aqueles a quem o assunto interessar fazer a verificação das nossas asserções. Aceitando, só quanto à forma das letras, os alfabetos ulterior e citerior de Hübner — o que, nestes termos, se faz hoje correntemente — podemos resumir do seguinte modo os argumentos a favor e contra as possibilidades duma aproximação ibero-rúnica:

A favor:

O número avultado de concordâncias perfeitas de forma, sobretudo tomando em conta as variantes.

O maior número de concordâncias com a escrita citerior, o que facilita a hipótese dum «elo» lígure.

São coincidências análogas às que se dão com os alfabetos norte-italicos, e já vimos como isto poderá também fortalecer aquela hipótese.

Contra:

O facto de, entre as concordâncias com o alfabeto citerior, figurarem certos sinais que andam com a mesma forma em muitos alfabetos antigos, como o *i*, o *l*, o *h*, e o *s*.

O facto de algumas das variantes do alfabeto citerior utilizadas serem duma ocorrência pouco freqüente, o que aliás se dá também com certas runas.

A base da primeira destas objecções poderá porventura ter igualmente a sua significação, mais geral em todo o caso que a do problema que nos propusemos.

*

* *

Qual a conclusão a tirar de todos os dados resumidamente expostos quanto ao problema duma aproximação entre os carac-

teres rúnicos e os caracteres ibéricos? Talvez a de que, neste trabalho de paciência que é a reconstituição dum passado remoto e complexo com alguns fragmentos isolados e de significação incerta sob vários pontos de vista, os materiais gregos ou latinos são os que fornecem um conjunto mais harmónico para uma hipótese da origem das runas; mas também que os elementos já colhidos para uma aproximação íbero-rúnica nos dão o direito de esperar que, com os progressos das sciências na questão interessadas, esse estado de coisas se possa vir a modificar em favor da tese dos nossos ilustres compatriotas.

Uma transmissão directa afigura-se-nos, em todo o caso, pouco provável, não só pela falta de outros elementos a atestarem, suficientemente e em época adequada, relações directas entre os dois povos, como também pela existência de discordâncias ainda importantes entre o velho alfabeto nórdico e o alfabeto ibérico citerior propriamente dito, formado por Hübner com os caracteres ibéricos mais frequentes nessa região — isto é, sem apelarmos para as variantes dêste.

Uma conexão indirecta, talvez ligúrica, parece-nos mais viável; e, como dizemos acima, o facto de se poder fundamentar melhor uma origem grega ou latina não quererá dizer que uma delas seja necessariamente a verdadeira, mas, simplesmente, que essas hipóteses são hoje em dia as melhor documentadas.

Comparação morfológica dos caracteres ibéricos e rúnicos

(Os valores fonéticos atribuídos aos caracteres ibéricos por Hübner e Cejador dão-se apenas a título complementar)

Alfabeto ibérico ulterior (Hübner)	⁽¹³⁾ a	⁽⁷⁾ c	⁽¹⁷⁾ o	e	⁽²⁾ z	⁽⁵⁾ h	th	l	k	l	^(15,16) m	^(10,15) n	o	⁽¹³⁾ p	⁽²⁸⁾ q	r	⁽¹⁴⁾ s	^(21,23) M	⁽¹⁶⁾ ↑	u
Variantes aproveitáveis						⁽⁵⁾ H	⁽¹¹⁾ l	⁽²⁴⁾ l						⁽²⁸⁾ X			⁽¹⁹⁾ z		⁽¹⁷⁾ Y	
Alfabeto ibérico ciliar (Hübner)	⁽⁸⁾ a	⁽⁶⁾ c	⁽¹⁷⁾ d	⁽¹⁵⁾ e	z	⁽⁵⁾ h	th	l	⁽¹⁸⁾ k	⁽²⁴⁾ l	^(10,15) m	^(10,15) n	o	^(2,5) p	⁽²⁸⁾ q	r	⁽¹⁹⁾ s	^(21,23) M	⁽¹⁷⁾ Y	⁽²⁰⁾ ↑
Variantes aproveitáveis	⁽⁵⁾ P	⁽¹⁰⁾ N		⁽²⁾ F		⁽⁵⁾ Z	⁽¹⁷⁾ O	⁽¹¹⁾ l	⁽²⁷⁾ X		^(15,16) J				⁽²⁸⁾ X				Y	
Alfabeto ibérico primitivo (Cejador)	⁽²⁾ a	⁽¹¹⁾ i	o	v	e	p	⁽²⁴⁾ l	n	c	z	X	z	o	m	d	x	k			⁽¹⁶⁾ tom
Variantes aproveitáveis	⁽²⁰⁾ ↑	⁽²⁵⁾ ◇	⁽¹⁷⁾ Y	^(22,27) ≡	⁽⁵⁾ P		^(10,15) Z	⁽⁶⁾ <	⁽¹⁷⁾ X	⁽¹⁹⁾ S	X		⁽²²⁾ M				⁽²¹⁾ B (Alcoy)			
Alfabeto rúnico primitivo	⁽¹⁾ u	⁽²⁾ v	⁽³⁾ h	⁽⁴⁾ p	⁽⁵⁾ r	⁽⁶⁾ c	⁽⁷⁾ s	⁽⁸⁾ t	⁽⁹⁾ h	⁽¹⁰⁾ n	⁽¹¹⁾ l	⁽¹²⁾ j	⁽¹³⁾ e	⁽¹⁴⁾ p	⁽¹⁵⁾ p	⁽¹⁶⁾ p	⁽¹⁷⁾ r	⁽¹⁸⁾ k	⁽¹⁹⁾ s	
	⁽²⁰⁾ ↑	⁽²¹⁾ b	⁽²²⁾ c	⁽²³⁾ h	⁽²⁴⁾ l	⁽²⁵⁾ ng	⁽²⁶⁾ o	⁽²⁷⁾ o	⁽²⁸⁾ d											

Os números dentro de parenteses curvos indicam as concordâncias perfeitas de forma. Levam parenteses quadrados certas concordâncias aproximadas. Mas entre os restantes sinais há ainda semelhanças aproveitáveis